decidadania

NOVEMBRO 2021 | Nº 01

EDIÇÃO ESPECIAL

Democracia brasileira pode contar com a força da Deliberação Cidadã

Experiências simultâneas de Minipúblicos acontecem pela primeira vez no Brasil

Conheça as organizações integrantes do Programa Decidadania que implementaram os Minipúblicos no seu território

Resultados, aprendizados e repercussão desse processo. Saiba quais foram e porque eles já estão dando o que falar

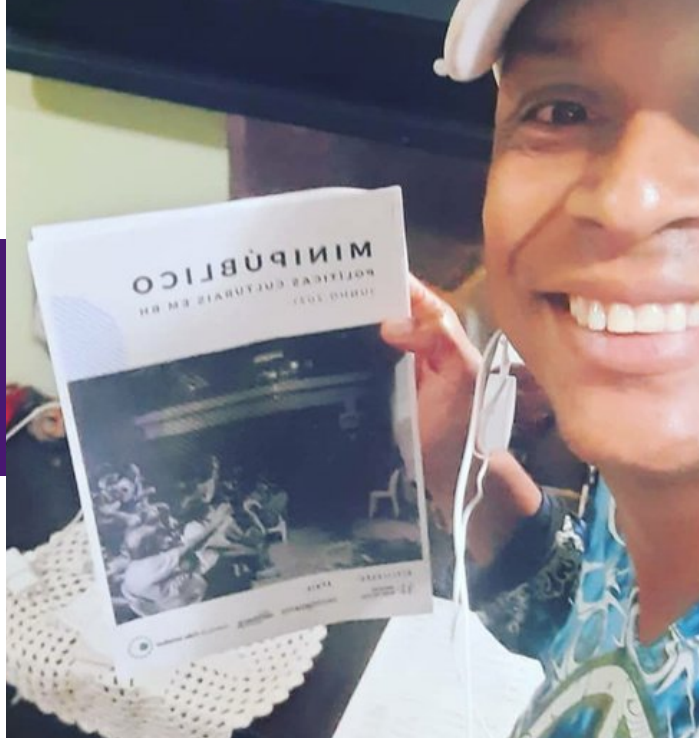
SUMÁRIO

04 Programa Decidadania
Democracia brasileira pode contar com a força da Deliberação Cidadã

08 Minipúblicos
Cinco experiências simultâneas em território brasileiro

16 Aprendizados
Do processo vivido

18 Repercussão
Minipúblicos já estão dando o que falar!



ATENÇÃO!
Ouça também o nosso **podcast Decidadania**.

EDITORIAL

A pandemia trouxe inúmeros desafios sociais, econômicos e políticos. E foi nesse contexto que o Programa Decidadania conseguiu realizar Minipúblicos on-line em várias partes do território brasileiro. Um feito inédito!

Para quem não sabe, Minipúblico é uma forma inovadora de exercer a democracia, no qual cidadãos comuns debatem um tema de interesse da sociedade, deliberam e fazem recomendações para apresentar aos órgãos competentes que podem colocá-las em prática.

Como aconteceu? O Polo Decidadania composto pela galera da Movimentação Juventude Negra Política, do IPAD - Instituto Pensamentos e Ações para Defesa da Democracia, do Avante Educação e Mobilização Social, do Grito dos Excluídos, Rede Brasileira de Cooperação em Emergências (RBCE), da FAS - Fundação Amazônia Sustentável, Instituto Governo Aberto e ICLEI, passou pela Jornada Formativa, uma verdadeira imersão na metodologia, sendo capacitados para implementar o Minipúblico, mobilizar os grupos de conteúdo, realizar o chamamento, sorteio dos cidadãos, oficinas e produção das recomendações; cada um adequando ao seu público, tema e o mais interessante, abusando da criatividade!

Este relatório narrativo em formato de revista se propõe a contar um pouco dessa história.

Boa leitura!

Equipe Decidadania

A pandemia trouxe inúmeros desafios sociais, econômicos e políticos. E foi nesse contexto que o Programa Decidadania conseguiu realizar Minipúblicos on-line em várias partes do território brasileiro. Um feito inédito!

Democracia brasileira pode contar com a força da Deliberação Cidadã

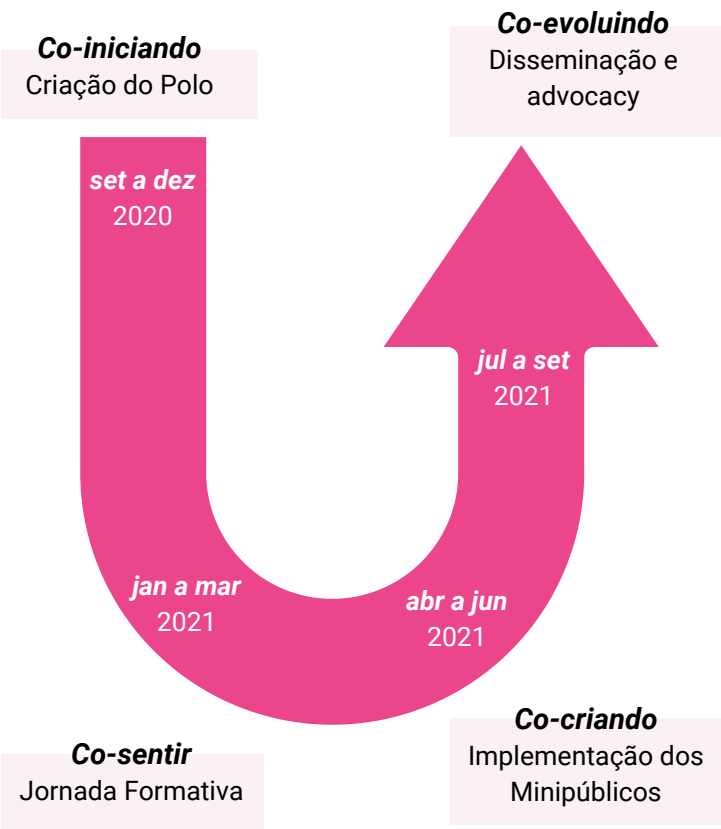
O sonho de compartilhar as práticas do Delibera Brasil e fortalecer o campo de deliberação no Brasil gerou o Programa Decidadania que contou com o apoio do *National Endowment for Democracy* (NED) para se tornar realidade.

O objetivo de promover a participação cidadã informada nos processos de tomada de decisão pública no Brasil, articulando duas frentes: a constituição de um Polo de organizações da sociedade civil e a construção colaborativa da visibilidade do "campo" deliberativo no Brasil aconteceu ao longo de 12 meses, entre 2020 e 2021. Exatamente, foi em meio à pandemia e aos inúmeros desafios atuais que o Programa conseguiu realizar Minipúblicos on-line em várias partes do território brasileiro. Como foi o processo? Quem fez parte dessa história? Vamos conhecer um pouco mais disso tudo.

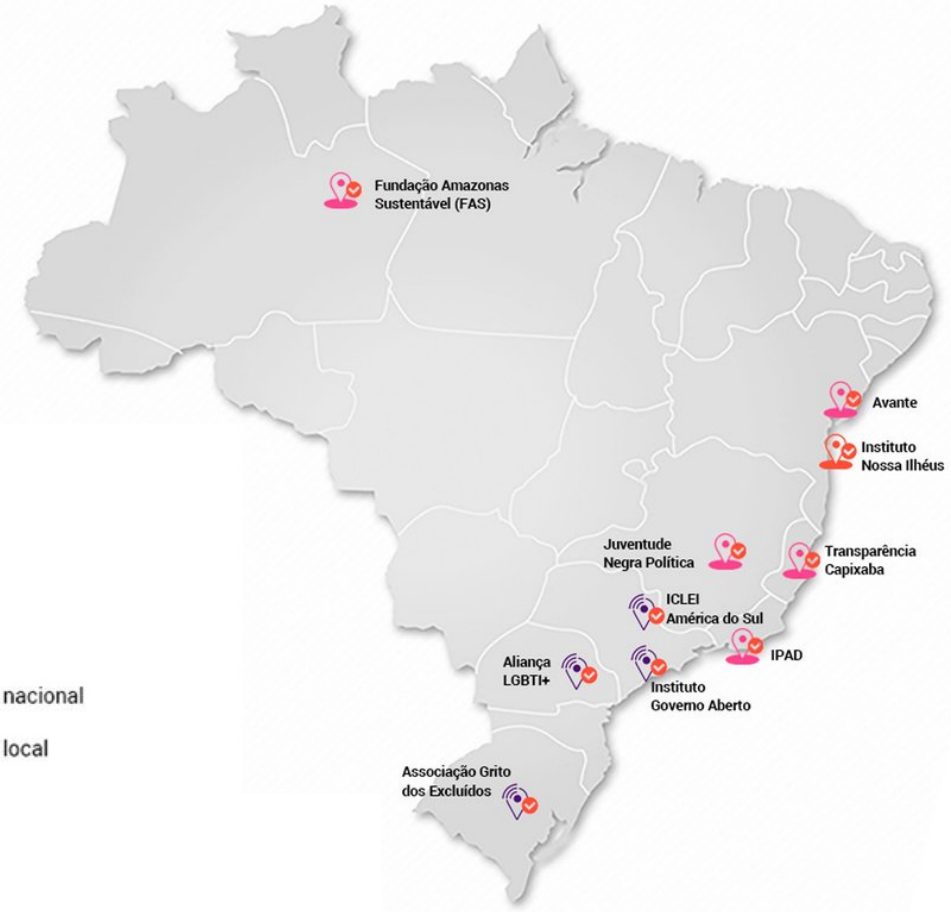
Em outubro de 2020, começou o processo que levou à definição das dez organizações que integraram o Polo. Primeiro foi realizado um mapeamento de 64 organizações com atuação em todas as regiões e nos mais diversos contextos territoriais do Brasil. Muitas ligações, planilhas e trocas de e-mails aconteceram até que as organizações se inscrevessem e dessemos início à análise de cada proposta.

Para definir as organizações foi formado um Painel Consultivo que se pautou em critérios como diversidade (regional, raça/etnia, gênero e porte), condições para implementação de experiências de Minipúblico e potencial de contribuição para ampliar o advocacy pela Deliberação Cidadã.

VISÃO GERAL



Composição do Polo



LEGENDA

- Organizações com atuação nacional
- Organizações com atuação local
- Organização Mentora

As organizações que participaram do Polo trazem a potência da diversidade de suas atuações sem contar com a representatividade das regiões brasileiras. O Instituto Nossa Ilhéus, devido à sua vivência com MP anteriormente, compôs o Polo como organização Mentora:

As instituições Aliança LGBTI+ e a Transparência Capixaba participaram da etapa formativa do programa.

PAINEL CONSULTIVO

Alexandro Santos Escola do Parlamento

Márcio Black Fundação Tide Setubal

Túlio Malaspina Instituto Update

Fernando Moura Mandato Marina Helou

Alexandra Soraia Mulheres do Brasil

Professora Esther Solano

Zuleica Goulart Programa Cidades Sustentáveis

Janaina Jatobá Livre Academy

Rosana Rodrigues Instituto Iracema

GLOSSÁRIO

MINIPÚBLICO: inovação democrática, no qual um grupo de cidadãos representativo, recrutado e sorteado aleatoriamente, se aprofunda, delibera e faz recomendações sobre problema e decisões de interesse público.

DELIBERAÇÃO: troca de argumentos de igual para igual, orientada ao consenso, que deve resultar em decisões aprovadas pela grande maioria (usamos nos nossos processos pelo menos 80%) dos participantes.

DELIBERAÇÃO CIDADÃ: forma de participação política que se integra aos processos democráticos de tomada de decisão, possibilitando que eles sejam mais informados, ponderados e consequentes.

MODO CIDADÃO: postura em que o participante pondera suas posições com as dos demais e submete os diversos argumentos e informações à perspectiva do interesse público e do bem comum.

SORTEIO: ("Sortition") método de seleção aleatória (ao acaso, todos podem ser selecionados), usado na Grécia antiga para escolher quem exerceria o poder político, é um dos pilares da deliberação cidadã.

ENTENDA COMO FUNCIONA O MINIPÚBLICO

Imagina que você está na sua casa e de repente recebe uma ligação sendo convidada para participar de um grupo que vai discutir sobre um problema do seu bairro? É assim, com a participação cidadã que o Minipúblico trabalha. Também chamado de Júri Cidadão ou Assembleia Cidadã, ele promove a deliberação ao realizar o chamamento e sorteio de um grupo pequeno, mas representativo de uma comunidade ou população (bairro, cidade, estado ou até do país). As etapas para ele se concretizar são:

SOBRE O DELIBERA BRASIL: Fundado em 2017, o Coletivo Delibera Brasil é uma organização sem fins lucrativos e suprapartidária que nasceu com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e aprofundamento da democracia brasileira promovendo a deliberação cidadã. A transparência e a divulgação de todo o processo permitem que o público geral que será impactado pela ação possa se reconhecer, aproximando as pessoas da política, esta contribuindo para qualidade na gestão pública e aumentando a confiança na democracia.

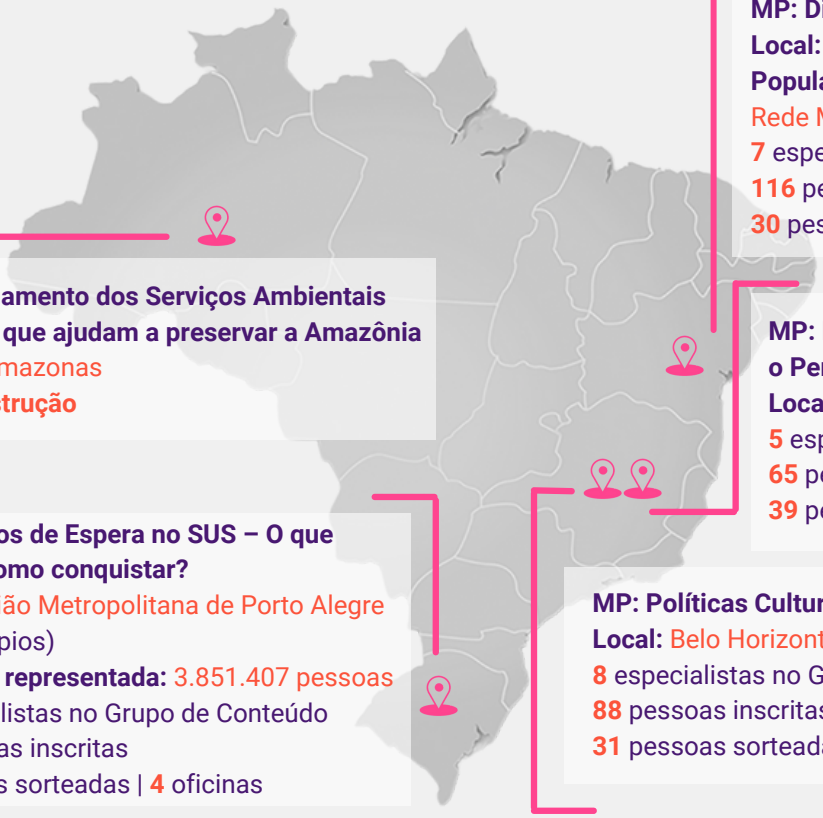
SOBRE O *NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY:* É uma fundação independente e sem fins lucrativos, estadunidense, dedicada ao crescimento e ao fortalecimento das instituições democráticas em todo o mundo. A cada ano, o NED faz mais de 1.600 doações para apoiar projetos de grupos não governamentais que trabalham por objetivos democráticos em mais de 90 países.

JORNADA FORMATIVA

Mas, antes de colocar a mão na massa e ir à campo para implementar as experiências de Minipúblico, as organizações passaram pela Jornada Formativa que contou com mais de 30 horas, além de dois Webinários: o primeiro Sorteio para Democracia! teve a presença de Brett Henning, cofundador e diretor da Sortition Foundation, um dos mais conhecidos ativistas de sorteio cívico para democracia, e a participação de Silvia Cervellini, cofundadora do Delibera Brasil, Marina Helou, deputada estadual e Alexsandro Santos, diretor-presidente da Escola do Parlamento, o encontro foi transmitido ao vivo com tradução simultânea; e o segundo Deliberação Cidadã Online trouxe a experiência de Marisa Villi, cofundadora e diretora executiva da Rede Conhecimento Social; além de um Workshop do Polo Decidadania com membros da rede internacional Democracy R&D.

> *Estamos muito animados, absorvendo todos os conhecimentos e tecnologias, pra gente levar pra quebrada, pras pessoas da periferia que não tem intimidade com a política, na verdade, tem até uma aversão. Essa possibilidade de pensarmos juntos em novas formas está sendo muito rico e acredito que a gente está fazendo a diferença, mesmo que a gente não colha o produto final, porque reunir essas pessoas, elas saberem o que querem fazer juntas, já é uma vitória.*
>
> Ayobami Nombulelo (integrante da JNP durante o workshop da Democracy R&D)

MAPA DOS MINPÚBLICOS



MP: Direito à Educação na Pandemia
Local: Cidade Baixa em Salvador (14 bairros)
População representada: 12.604 estudantes pela Rede Municipal de Educação
7 especialistas no Grupo de Conteúdo
116 pessoas inscritas
30 pessoas sorteadas | **7** oficinas

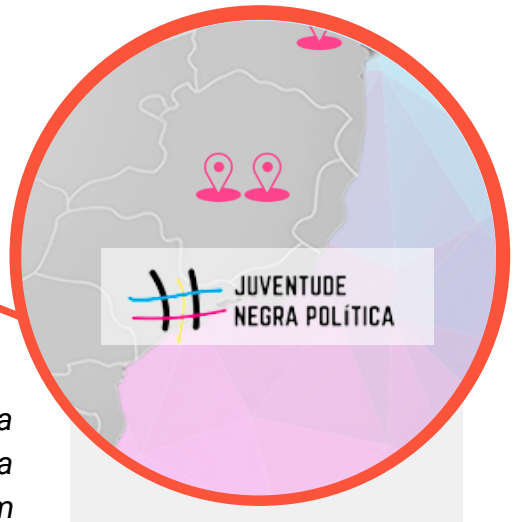
MP: Pagamento dos Serviços Ambientais hídricos que ajudam a preservar a Amazônia
Local: Amazonas
Em construção

MP: Direito ao Ensino dos Estudantes durante o Período Pandêmico
Local: Belo Horizonte (2 escolas e 1 associação)
5 especialistas no Grupo de Conteúdo
65 pessoas inscritas
39 pessoas sorteadas | **4** oficinas

MP: Tempos de Espera no SUS – O que propor e como conquistar?
Local: Região Metropolitana de Porto Alegre (32 municípios)
População representada: 3.851.407 pessoas
18 especialistas no Grupo de Conteúdo
143 pessoas inscritas
40 pessoas sorteadas | **4** oficinas

MP: Políticas Culturais em Belo Horizonte
Local: Belo Horizonte
8 especialistas no Grupo de Conteúdo
88 pessoas inscritas
31 pessoas sorteadas | **2** oficinas

Políticas Culturais em Belo Horizonte



Um edital de cultura foi lançado. A notícia corre na boca da galera de um antigo grupo de samba de uma favela, que comenta que a grana do financiamento daria pra fazer um projeto bem legal no território, onde poderiam oferecer várias oficinas artísticas pra comunidade. Quem contou foi o filho do vizinho que estava de visita na casa dos pais, pois faz alguns meses que ele se mudou para outra cidade pra fazer mestrado. É o primeiro e único membro da família que acessou a faculdade até agora. O cara é letrado e sabe onde achar essas notícias.
O edital caberia todo mundo se não fosse tão difícil de interpretar, escrever tudo que pedem e juntar toda papelada que é solicitada. Souberam que aquele grupo de garotos classe média que sobe o morro toda semana foi aprovado no mesmo edital no ano anterior. Esse mesmo pessoal vem aqui, acessa nossas histórias e leva nossas ideias pra fazer sucesso no asfalto. Enquanto quem tá na quebrada continua sem saber como fazer ou desiste de tentar alcançar uma aprovação.

Local:
[Belo Horizonte]
[08] especialistas no Grupo de Conteúdo
[88] pessoas inscritas
[31] pessoas sorteadas
[02] oficinas
[02] lives nomeadas "Zona de Diálogo"

Foi pensando em uma cena como essa, bem comum nas periferias de Belo Horizonte, que a Movimentação Juventude Negra Política considerou a inscrição para participar do Programa Decidadania com a proposta de um Minipúblico sobre Políticas Culturais, pautando a democratização de acesso aos recursos e editais de cultura na cidade.
A ação de participação popular discutiu sobre a desburocratização do acesso aos recursos da cultura e aos editais municipais com o objetivo de identificar o problema e pensar coletivamente soluções que se referem principalmente à necessidade de garantir o acesso igualitário das pessoas das periferias às políticas públicas do campo cultural.

Segundo o documento de Estatísticas e Estudos da Prefeitura de Belo Horizonte, dos 122 projetos aprovados no edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura dos anos de 2018 e 2019, 32,3% são da região centro-sul, a segunda regional mais rica de Beagá, juntamente das regionais leste e pampulha, que tiveram 21,2% e 11,1% de aprovação respectivamente, e que compõem também as áreas mais valorizadas do município, de acordo com dados socioeconômicos da PBH. As áreas com menor índice de aprovação, encontram-se à margem do município e estão relativizadas como áreas de grande vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, desse total de aprovação, 41,8% dos projetos são de pessoas brancas, e 28,7% de pessoas pardas.

Pessoas pretas representam apenas 28,7% e indígenas 0,8% das aprovações.
Dados do diagnóstico Cultura Viva BH de 2018, realizado pela Gabinetona, mostram alguns pontos importantes no que diz respeito aos projetos inscritos, habilitados, inabilitados e aprovados no edital citado. É grande a desigualdade no quesito cor ou raça declarada, e em gênero. Dos projetos inabilitados, 33% foram reprovados por problemas nos comprovantes de residência, e 20,3% em outros documentos obrigatórios. Na área do patrimônio cultural, provavelmente a que engloba a maior parte dos projetos das periferias e dos grupos da cultura popular, a taxa de inabilitação foi 50% maior, da ordem de 17,8%.
Em resumo, poucos projetos das áreas com menor percentual de aprovação conseguem apoio sistêmico e regular de políticas públicas e órgãos intersetoriais. Existe uma escassez de investimento tanto em equipamentos e serviços nas áreas periféricas, mas é onde, em geral, as ações autogestionadas possuem a maior riqueza e pluralidade de iniciativas.
Devido a densidade do tema, o primeiro passo foi a elaboração de um Grupo de Conteúdo composto por especialistas, pessoas essas com grande vivência na área e experiência de altos e baixos em editais de cultura. São articuladores, fazedores, gestores e produtores culturais que entendem as dinâmicas, necessidades e burocracias que impedem o acesso aos editais de cultura por pessoas de áreas de vulnerabilidade. Com base em encontros semanais entre os meses de abril e maio de 2021, os integrantes construíram um diagnóstico que definiu o que seria discutido na execução das oficinas do Minipúblico para deliberação.

Antes de iniciar a divulgação do sorteio cidadão, a Movimentação realizou duas lives nomeadas "Zona de Diálogo", onde foi possível discutir junto aos convidados e abrir para o público em geral, uma prévia de questionamentos importantes a serem analisados para o dia das oficinas deliberativas.
Em junho de 2021 foram abertas as inscrições pelas redes sociais e grupos de whatsapp, e contabilizados 88 interessados. Destes, foram sorteados 31 cidadãos moradores de BH, contemplando uma diversidade de raça, idade, orientação sexual, gênero e representação das nove regionais da cidade. Os sorteados receberam em sua casa um kit com o Diagnóstico do Minipúblico, um documento sistematizado com dados e evidências relevantes sobre as políticas culturais e seus desafios. As oficinas de deliberação ocorreram de forma virtual, nos dias 26 e 27 de junho, totalizando nove horas de encontro.
O X da questão do tema apresentou nuances, como a dificuldade em interpretar e elaborar projetos, a falta de acesso de pessoas da periferia aos meios digitais, a imposição de inscrição manuscrita e documentações comprobatórias de experiências de anos, mas que nunca foram registradas.

> *(...) estou saindo muito satisfeito por ter participado deste Minipúblico. Foi um verdadeiro exercício de democracia participativa e propositiva. Muito bom conhecer gente nova e massa!*
>
> Ângelo Dias, 36 anos - Região Nordeste de BH - Participante MP

Participaram efetivamente 29 pessoas nos dois dias, e nove propostas foram organizadas em quatro categorias: Comunicar e Agir, Formar e Capacitar, Articular e Incidir, e Acessibilizar e Simplificar. A carta de recomendações você pode encontrar aqui. O Minipúblico comprovou o interesse genuíno desses cidadãos em contribuir com o aprimoramento das políticas públicas do município.

Movimentação Juventude Negra Política
Site: http://www.juventudenegrapolitica.org
Instagram: @juventudenegrapolitica
e-mail: juventudenegrapolitica@gmail.com

Tempos de espera no SUS – O que propor e como conquistar?

Alerta de gatilho.
Hospitais lotados por conta da pandemia de COVID-19, e só se ouviu falar sobre as mortes causadas por esse vírus. Filas imensas, pessoas desesperadas, falta vacina, remédio, oxigênio, esperança. Consultas desmarcadas, somente urgências. As demais doenças praticamente tornaram-se inexistentes. Mas, só pra quem não vive um problema de saúde que carece de cuidados rotineiros.

Local:
[Região Metropolitana de Porto Alegre]
(32 municípios)
População representada:
[3.851.407] pessoas
[18] especialistas no Grupo de Conteúdo
[143] pessoas inscritas
[40] pessoas sorteadas
[04] oficinas

Todas as questões que envolvem o SUS não são de agora. Funciona? Em partes. No entanto, a pandemia evidenciou não só a falta de medicamentos, entre outras questões, quanto ao tempo de espera para atendimento. Discussão que já é feita há algum tempo por grupos da área da saúde.

Diante disso, "quais são os tempos de espera clinicamente e socialmente aceitáveis nos serviços do SUS na Região Metropolitana de Porto Alegre, tendo como base os atendimentos e tratamentos em casos de urgência, doença renal crônica e fratura de fêmur?" foi a problematização proposta para a deliberação cidadã do Minipúblico que aconteceu na Região Metropolitana de Porto Alegre, organizado pela Associação Grito dos Excluídos Continental e a Rede Brasileira de Cooperação em Emergências – RBCE.

Desde 2007, a RBCE a partir do seu VII Congresso, levantou os aspectos de lotação, superlotação e congestão dos serviços hospitalares como violação de direitos humanos. Ao aprofundar nos estudos do tema, notaram que é insuficiente a oferta de serviços de urgências hospitalares e a falta de leitos de internação de forma geral. Essa constatação se apresentou em 2020 e 2021 com a pandemia.

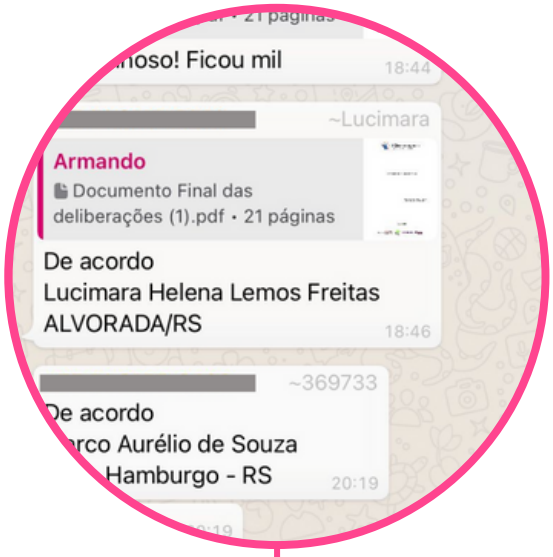
Com a pauta definida, partiram para os próximos passos. Um corpo de especialistas, em sua maioria profissionais da área da saúde, compuseram o Grupo de Conteúdo, após esforço de articulação, convites e confirmação de interesse por parte das Prefeituras, Conselhos Municipais e Estadual de Saúde, Universidades, Parlamentares (ALERGS), OAB-RS e Jornalistas. Em paralelo, a campanha de chamamento foi lançada via painel de internautas com os moradores da Região Metropolitana de Porto Alegre, abrangendo 32 municípios de três associações de prefeituras.

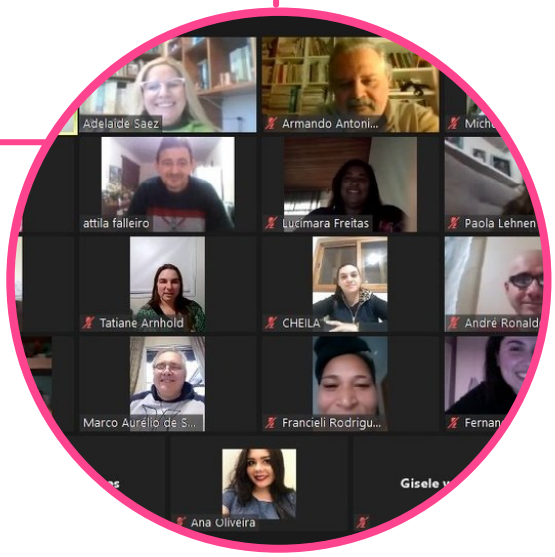
Das inscrições realizadas por um questionário, 327 pessoas manifestaram interesse. Com esses dados em mãos, buscou-se a expertise da Sortition Foundation para auxiliar na realização do sorteio dos participantes do Minipúblico através do software criado pela organização, que garante um perfil representativo do Minipúblico em relação a características mais relevantes

para o tema em discussão. O sorteio foi transmitido ao vivo pelo youtube e considerou variáveis de raça/cor, gênero, idade, escolaridade, frequência de uso do SUS e porte do município. Foram sorteadas 50 pessoas, sendo 40 titulares e 10 suplentes, estes para reserva no caso da não confirmação de algum titular. Efetivamente, entre algumas desistências e insucesso nos contatos, 27 pessoas participaram do Minipúblico que aconteceu em quatro dias de oficina no mês de julho.

Para além da complexidade do tema e abrangência territorial, assim como nas outras experiências de Minipúblico relatadas, um desafio foi enfrentado; a conexão de internet de alguns participantes. Mesmo com todo suporte dado pelas organizadoras, a solução encontrada partiu do cuidado em gravar as oficinas e encaminhar para que pudessem validar as propostas deliberadas.

Com a carta de recomendações a ser encaminhada, nota-se que o Minipúblico permitiu que pessoas que não estão nos espaços políticos e da saúde como técnicos, mas como usuários, pudessem dizer sobre aquilo que utilizam na vida cotidiana. Com todo o material enviado para estudo e embasamento trabalhado junto aos especialistas do grupo de conteúdo, a voz do legítimo usuário do SUS foi ouvida.





> *Segundo a Dra. Evelinda Trindade, integrante do Grupo de Conteúdo, "o Minipúblico pode e deve influenciar a educação da população em geral para que com a pressão popular se construam maneiras e vozes diferentes e que possam mudar a prática."*
>
> Dra. Evelinda Trindade, integrante do Grupo de Conteúdo

Direito à Educação na Pandemia

O despertador toca às sete da manhã. A criança se levanta, pega a mochila, senta-se à mesa e abre o caderno. À sua frente a mãe coloca o celular para que consiga participar da aula virtual. Conexão ruim, é preciso desligar a câmera para poupar a internet. O pai passa pela sala e se despede de todos. Precisa sair para fazer as entregas do dia. Privilégio é poder trabalhar de casa. Do outro lado, o filho mais novo começa a chorar. A mãe o segura no colo enquanto acompanha o mais velho ouvindo as explicações da professora. No mesmo momento chamam no portão e é a vizinha perguntando se o filho pode repassar o dever de casa pra sua filha, pois não tem internet e tem medo de que a criança fique sem aprender. Agradece a disponibilidade e desabafa que não está dando conta. Não vê a hora das crianças poderem voltar para escola. Pense quantas vezes essa cena se repetiu em tantas casas do Brasil ao longo dos meses de 2020 e 2021.

Local:
[Cidade Baixa em Salvador] (14 bairros)
População representada: [12.604] estudantes pela Rede Municipal de Educação
[07] especialistas no Grupo de Conteúdo
[116] pessoas inscritas
[30] pessoas sorteadas
[07] oficinas

A pandemia de Covid-19 trouxe diversos desafios, e em um cenário de declínio, as políticas públicas gritaram por socorro, entre elas a educação. E foi com a perspectiva de discutir sobre esse tema que a Avante - Educação e Mobilização Social realizou o Minipúblico Direito à Educação na Pandemia, na Cidade Baixa, regional de Salvador de maior representatividade social, que segundo dados da Prefeitura Municipal, é uma região diversa em cultura e em situação socioeconômica, e que totaliza aproximadamente 180 mil pessoas, distribuídas entre 14 bairros.

Esse conjunto de bairros engloba, de acordo com a Secretaria de Educação, um número expressivo de 12.604 estudantes distribuídos entre escolas públicas, particulares, comunitárias e um colégio militar; além de possuir uma rede de ativistas e organizações sociais que atuam de forma articulada no território. De diversidade e riqueza não dá para reclamar.

E o que é possível esperar da educação daqui pra frente? Como enfrentar as desigualdades de estrutura escolar e de aprendizado entre os alunos? Essas perguntas foram as molas propulsoras para o Minipúblico proposto pela Avante, que tem como missão contribuir para a formação do cidadão, visando à garantia dos direitos sociais básicos e o fortalecimento da sociedade civil.

No acalorado debate sobre a retomada das atividades presenciais nas escolas, enxergou a oportunidade de iniciar uma articulação integrada para garantir que os estudantes não fossem privados de seu direito à educação diante das condições impostas pela pandemia.

Mesmo sabendo da complexidade do desafio, a aposta foi envolver os cidadãos diretamente impactados pelas decisões do poder público na construção de uma resposta.

Com essa decisão, a Organização partiu para as próximas e importantes etapas dessa ação deliberativa, visando buscar soluções referentes a uma recomendação para retomada das aulas, fosse a continuação do ensino remoto, o retorno das aulas presenciais ou de forma híbrida, desde que essa fosse elaborada por cidadãos diretamente afetados pela ausência da escola em sua rotina diária.

Com o Grupo de Conteúdo formado por especialistas, mobilizado e ciente do seu papel de apresentar os desafios e fazer considerações para que os participantes pudessem pensar as propostas, a equipe da Avante seguiu para a divulgação do chamamento público no território.

Por já ter uma parceria consolidada na região, além de toda uma rede de apoio, os recursos usados foram de anúncios patrocinados em redes sociais, formulário online, até uma criativa ideia de um carrinho de café equipado com um som que circulava pelas comunidades convidando para participação.

Com as inscrições monitoradas e buscando garantir a representação da escola em suas diversas esferas, entre elas professores, diretores, alunos, famílias e funcionários, 116 pessoas se interessaram e o sorteio ao vivo foi realizado.

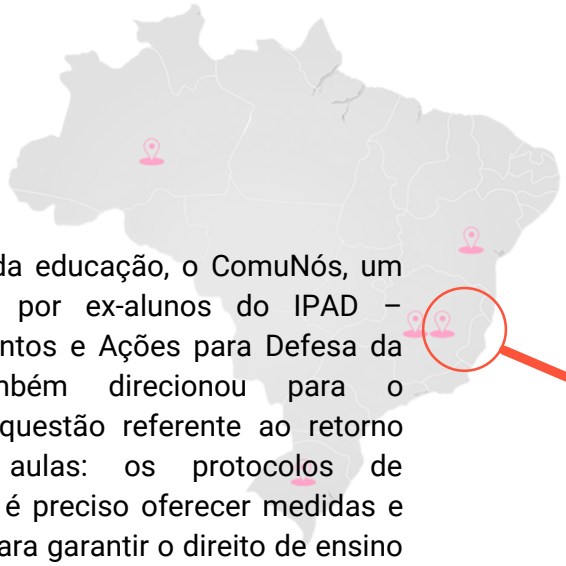
O processo deliberativo foi realizado em sete oficinas virtuais, entre junho e julho de 2021. Representantes das escolas municipais dos bairros da Cidade Baixa em Salvador discutiram e problematizaram o tema Direito à Educação na Pandemia a partir da mediação de equipe da da Avante, conforme metodologia do Minipúblico e com as informações e dados fornecidos pelo Grupo de Conteúdo.

> *A realidade é dinâmica com componentes muito graves. Levar essa discussão para o Minipúblico é um grande desafio, precisamos levar elementos para que as pessoas tomem decisões.*
>
> Estela Aquino, médica sanitarista. Integrante do Grupo de Conteúdo

> *Eu também estou muito contente por participar, gerar mais amizade, fortalecimento, criatividade. Porque nesse país, nessa comunidade, precisamos nos unir para ficar mais fortalecidos [...]. Esses políticos só vão nos respeitar quando a gente for comunidade organizada.*
>
> Núbia Souza, integrante do MP

Com os participantes possuindo uma base aprofundada e opinião esclarecida, os encontros discutiram questões como adequação da oferta de ensino às comunidades e o seu alcance, a qualidade de ensino e a aprendizagem dos alunos, e resultaram na escrita de uma carta de recomendações que você pode acessar aqui.

AVANTE - Educação e Mobilização Social
Site: http://avante.org.br/
Instagram: @avante.osc
e-mail: avante@avante.org.br



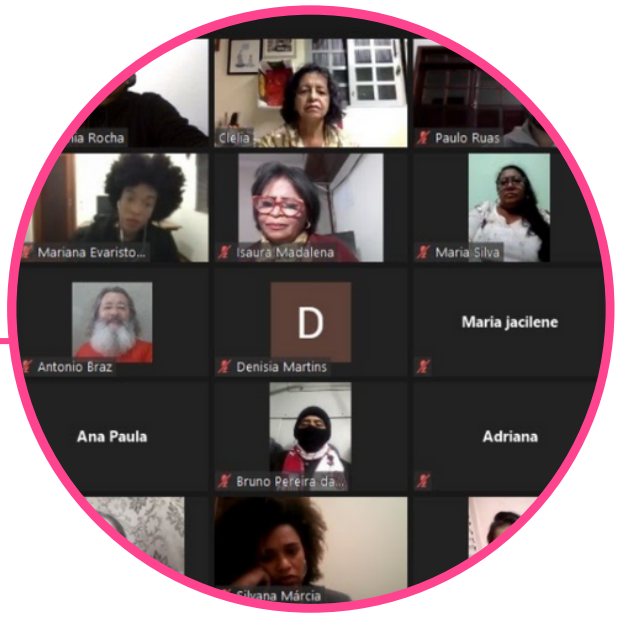
Ainda no campo da educação, o ComuNós, um coletivo formado por ex-alunos do IPAD – Instituto Pensamentos e Ações para Defesa da Democracia, também direcionou para o Minipúblico uma questão referente ao retorno presencial das aulas: os protocolos de segurança. Afinal, é preciso oferecer medidas e pensar soluções para garantir o direito de ensino aos estudantes de forma segura.

Para essa discussão, a Organização envolveu o corpo docente e discente, os responsáveis legais de alunos, os funcionários das instituições escolares de duas escolas públicas de Belo Horizonte, a Escola Estadual Professor José Mesquita de Carvalho e a Escola Municipal Dora Tomich Laender; e membros da AMPARE - Associação de Mães, Pais e Responsáveis de estudantes de BH. O Minipúblico compreendia 39 moradores entre 18 e 52 anos de idade sorteados entre as 65 inscrições realizadas via formulário.

O processo de deliberação cidadã foi dividido em quatro oficinas virtuais, nos quais se falou de questões sanitárias, uma vez que perpassa pelo contexto de pandemia, assim como também foi abordado sobre saúde mental, um dos pontos mais latentes na sociedade nos últimos meses.

A deliberação resultou em uma carta de recomendações, assinada por todos os participantes.

Local: [Belo Horizonte] (2 escolas e 1 associação)
[05] especialistas no Grupo de Conteúdo
[65] pessoas inscritas
[39] pessoas sorteadas
[04] oficinas



Espero de coração que nossos governantes olhem com mais carinho e atenção para nossas crianças e adolescentes que precisam voltar às aulas. Mais que seja com toda segurança para eles professores e colaboradores.

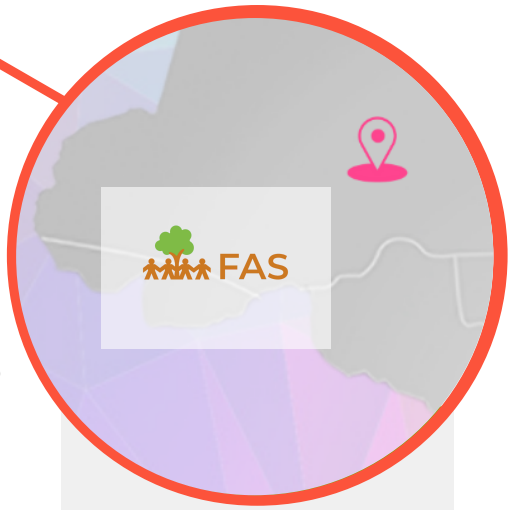
Maria de Lima Silva, integrante do MP

IPAD - Instituto Pensamentos e Ações para Defesa da Democracia

Site: https://www.sejademocracia.com.br
Instagram: @ipadsejademocracia
e-mail: sejademocracia@gmail.com

[MINIPÚBLICO]

Pagamento dos Serviços Ambientais hídricos que ajudam a preservar a Amazônia



Local:
[Amazonas]
Na fase de chamamento do Minipúblico.

A água, um recurso tão abundante em nosso país, a cada dia se torna um bem cuja preservação se faz necessária. De acordo com a ONU, entre os anos de 1998 e 2017, os problemas ocasionados pela escassez de água atingiram 1,5 bilhão de pessoas ao redor do mundo, gerando uma perda econômica de US$ 124 bilhões.
Os serviços ambientais hídricos são as práticas adotadas que visam à produção da água em quantidade e em qualidade adequadas. Os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) consistem em instrumento econômico da política ambiental com escopo de proporcionar, de forma voluntária e complementar, o financiamento e incentivo da conservação ambiental.

O que acontece na Amazônia reflete no Brasil todo. E é a partir dessa importante pauta que a FAS - Fundação Amazônia Sustentável , a Coca-Cola Brasil e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA), firmaram parceria para a execução do projeto "Estratégia para a Construção do Arcabouço Técnico e Jurídico para a Reposição Hídrica na Amazônia", que visa construir consenso técnico-científico e regulamentação legal para a valoração do serviço ambiental ÁGUA em florestas tropicais, fomentando mercados de ativos ambientais e o investimento em conservação e melhoria da qualidade de vida dos povos da floresta. Seu foco é subsidiar o "Programa de Conservação dos Serviços Hídricos", previsto na Lei Estadual Nº. 4.266 de 1º de dezembro de 2015.
A FAS escolheu implementar a metodologia de Minipúblico para que a sociedade civil pudesse participar efetivamente no processo de construção de uma política pública a cerca de PSA hídrico buscando aderência à realidade do Amazonas. Desta maneira, vai deliberar sobre a melhor forma de governança para que esse recurso chegue ao destino que precisa.

> ***O processo de deliberação cidadã dá maior legitimidade à formulação de políticas públicas e garante maior apropriação por parte da sociedade. A FAS acredita que a participação social é atributo central para criação de políticas mais efetivas e justas.***
>
> Giovana Figueiredo - Coordenadora de Políticas Públicas - FAS

O Grupo de Conteúdo se reuniu em duas etapas, uma no primeiro semestre, e a outra no segundo semestre de 2021. Atualmente, a FAS está na fase de chamamento das comunidades tradicionais e povos originários em todo território do estado do Amazonas, além da sociedade manauara para realizar as oficinas que estão previstas para o início de 2022. Enquanto isso, o Polo Decidadania e a equipe do Delibera Brasil continuam acompanhando essa Organização para garantir o sucesso de mais um Minipúblico, o primeiro na região norte do Brasil.

Fundação Amazônia Sustentável - FAS
Site: https://fas-amazonia.org/
Instagram: @fasamazonia
e-mail: fas@fas-amazonas.org

Do processo vivido

A proposta de realizar cinco experiências de Minipúblico em plena pandemia serviu não só para chegar nos resultados pretendidos, mas de laboratório, gerando um aprendizado valioso para edições futuras e para o campo deliberativo em geral.

Com um objetivo geral audacioso, o Decidadania apresentou uma metodologia que foi adotada na implementação de Minipúblico com Organizações da Sociedade Civil que promoviam a participação social em seus municípios.

Em seus três anos de atuação, o Delibera Brasil – atualmente o único ator a implementar Minipúblicos no país – havia realizado quatro experiências (Mototáxi, na cidade de Ihéus, Resíduos Sólidos em Fortaleza, Bairro Lapena, Futuro da Internet e Reage São Paulo). Em pouco mais de 11 meses, o número aumentou para mais cinco implementações, sendo quatro concluídas e uma em andamento. A partir daí, as **experiências concretas** e relevantes de deliberação cidadã no Brasil são os primeiros pontos a serem considerados como parte do aprendizado.

Existe um grande esforço do Programa Decidadania de levar a deliberação cidadã a parcelas cada vez maiores e espalhadas da população e o desafio de colocar no radar de lideranças, comunidades, governos, essa inovação que ainda está restrita a uma bolha de acadêmicos e ativistas. E é nesse movimento que o Delibera Brasil contrapõe essa questão, entre fevereiro e setembro de 2021, houve um aumento expressivo do número de entrevistas, convites, participações em eventos e menções deste trabalho, além da ampliação do nicho e área de circulação do local para nacional, um importante ganho.

É importante citar também que como um dos resultados das deliberações, o Decidadania entregou uma newsletter que foi espontaneamente compartilhada pelos parceiros, comprovando que há um interesse em ter os nomes de suas Organizações ligados à experiência.

Outro ponto importante é sobre a **Jornada Formativa** que capacitou as equipes das Organizações espalhadas em sete municípios de quatro das cinco regiões brasileiras, e que hoje estão preparadas para fazer, apoiar e tornar-se parceiras em outros processos de Minipúblico. O processo deliberativo tem tanta importância que todas as organizações perceberam vantagens na deliberação cidadã sobre outras formas de participação no que tange a representatividade, legitimidade e força do resultado da deliberação. “De todos os processos de participação que eu já conheci o Minipúblico é o que mais garante uma legitimidade das pessoas que vão deliberar. (...) O Minipublico garante que tenhamos pessoas que nem pensaram naquele tema, que vão pensar naquilo pela primeira vez na vida! Então acho que ele é mais completo porque garante a representatividade. Junto com o fato de ter uma etapa de informação que garante que a decisão não seja tomada de forma aleatória, que a pessoa só faça um voto tipo sim ou não, pouco embasado. Por isso ele é mais completo e também mais complexo”, opina Bianca Coutinho, do ICLEI.

E essa representatividade é possível a partir do sorteio cidadão, que apesar de ainda ser pouco conhecido no Brasil, vem para revolucionar a democracia contemporânea. Depois de se

inscrever para participar de um Minipúblico, o sorteio define de forma aleatória o grupo representativo de pessoas da comunidade que irá deliberar. O ideal é que o público seja bem diverso e desconheça do assunto para que os diálogos venham de vários pontos de vista. Como em todo aprendizado, um ponto a ser estimulado é sobre o critério de diversidade, seja em idade, gênero, raça ou territorialidade. O Polo percebeu em alguns momentos que quem se inscrevia (e seria sorteado) estava dentro da bolha dos organizadores.

Portanto, para garantir a participação social mais diversa e legítima, é preciso pensar num caráter de ampliar a cartela de possibilidades na divulgação e comunicação.

Apesar dessa percepção sobre representatividade ficar mais clara para alguns e depois do Minipúblico ter terminado, todas as Organizações conseguiram pensar e aprimorar soluções para outros problemas e desafios que surgiram durante o caminho, como uma ajuda de custo para garantir o acesso à internet e consequentemente a participação dos sorteados nos encontros, assim como a criação de materiais de apoio e tutoriais de como usar as plataformas onde aconteceram as oficinas.

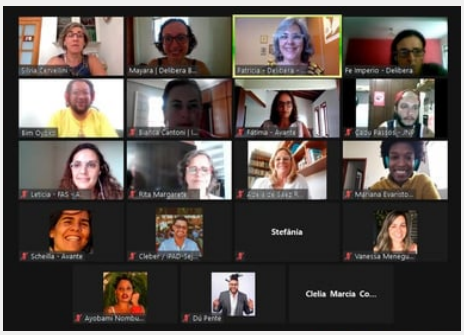
Com uma trajetória intensa entre os encontros da Jornada Formativa, as reuniões de encaminhamentos entre membros das equipes, a formação dos grupos de conteúdo, a divulgação e realização do sorteio cidadão, até a realização das oficinas, as mentorias tiveram papel crucial para as Organizações do Polo Decidadania.

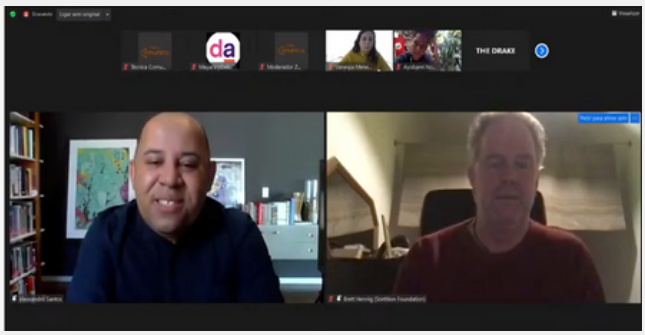
Na maioria dos casos, o acompanhamento serviu para deixar as equipes mais seguras do processo, e na ajuda para dimensionar o tempo de preparação e implementação das oficinas, já que essas tinham uma carga alta de trabalho e um tempo curto para aprofundamento. Segundo Vanessa Menegueti do IGA, “o processo foi complexo, e trouxe a impressão de que os temas muito amplos não são tão bons para produzir resultados quanto os temas mais recortados e precisos”, avalia. Assim como as oficinas exigiam mais tempo para a implementação e diálogo, o processo de incidência também carece de mais tempo. Para Armando de Negri da RBCE, uma das Organizações participantes do Polo Decidadania, “uma coisa é a divulgação dos processos, e outra é usar o esforço comunicativo como um ato político, como uma estratégia de articulação política da implementação das deliberações”.

Por isso, tão importante quanto todo o caminho trilhado, o advocacy, termo usado para a prática de argumentação de causas, diz sobre os rumos que as propostas deliberadas tomaram. Realizar o Minipúblico e refletir sobre os aprendizados não basta, é necessário dar retorno para a sociedade. “Não pode cair num lugar do participei, entreguei e acabou. Temos que dar feedbacks do que aconteceu a partir das deliberações. Das propostas encaminhadas, quantas foram colocadas em prática? Quem recebeu? Quem leu o documento? Prestar contas sobre o trabalho”, pontua Adriane Assis, da Movimentação Juventude Negra Política.

Thereza Marcílio, da Avante, avalia o impacto da participação no Minipúblico e na articulação política: “temos muitos lugares de representatividade, uma visibilidade e uma responsabilidade de ocupar lugares públicos de fala (...). Entendemos que o MP poderia ajudar nesse campo do Advocacy. E ajudou.”

Em geral, demonstrar impactos, conquistas, ganhos e aprimoramentos é uma forma eficaz de fortalecer a atuação das Organizações, dar credibilidade ao processo e impulsionar a sociedade a participar de outros Minipúblicos.





Da esq.da para dir., o último encontro da Jornada Formativa, a newsletter do Programa e o 1º Webnário ao vivo e com tradução simultânea.

Minipúblicos já estão dando o que falar!

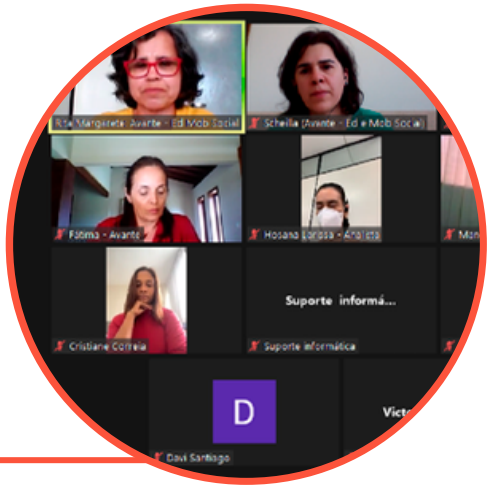
Até aqui foram apresentadas experiências de Minipúblico realizadas a partir da metodologia do projeto formativo do Polo Decidadania, essa que é uma ferramenta potente na construção de uma nova forma de se fazer democracia e pensar soluções para problemas públicos.

O que se pode ficar em dúvida de todo esse processo é sobre o que acontece depois das oficinas. A partir do documento de recomendações deliberadas e assinadas em cada experiência, cada organização se comprometeu em encaminhá-las para os órgãos competentes.

A **Avante** fez diálogos com o Fórum Baiano da Educação Infantil, a Secretaria de Educação de Salvador, o Conselho Municipal de Educação, o Fórum de Gestores da Rede Municipal de Ensino de Salvador, o Comitê Baiano da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores. Cada uma dessas instâncias reconheceu a Carta de Recomendação do Minipúblico Direito à Educação na Pandemia.

Importante ressaltar que na sessão do Comitê Baiano da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, no dia 26 de agosto, a Carta foi oficialmente reconhecida como documento referência para elaboração de políticas públicas relacionadas à retomada das atividades escolares. Um grande ganho! A sessão citada foi coordenada pela Professora Gilvânia da Conceição Nascimento e contou com a participação de representantes do Coletivo de Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal, do Fórum Permanente de Gestores de Salvador, e do assessor do Vereador Sílvio Humberto (PSB), Lucas Cidreira.

De acordo com o relatório técnico realizado pela Organização, o Comitê da Educação da Câmara de Vereadores de Salvador validou o processo de construção do documento e as recomendações, afirmando que podem e devem inspirar decisões do executivo.



Já a Organização **IPAD – Instituto Pensamentos e Ações para Defesa da Democracia**, enviou a carta de recomendações aos Gabinetes do Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil e do Governador de Minas Gerais, Romeu Zema. Até agora não tiveram retorno.

A **Movimentação Juventude Negra Política** realizou reuniões e fez a entrega do documento com as propostas deliberadas para quatro parlamentares e suas equipes da Câmara de

Vereadores de Belo Horizonte, como Iza Lourença (PSOL) que se comprometeu em fazer uma ponte com redes de cultura do município; Gabriel Azevedo (sem partido), de quem receberam um ofício de apoio; Pedro Patrus (PT) que propôs uma parceria para realização de oficinas para escrita e gestão de projetos para as periferias juntamente com a organização; e Macaé Evaristo (PT), que envolveu a JNP em um GT de discussão para melhorias dos processos de inscrição em editais juntamente com a Secretaria de Cultura e o Conselho de Cultura, que inclusive está em processo de renovação de mandato de seus membros.

Em um dos diálogos, a Organização contou também com a presença do Assessor Parlamentar da Deputada Federal Áurea Carolina (PSOL), que se propôs em fazer pontes para que as propostas deliberadas sejam efetivadas.

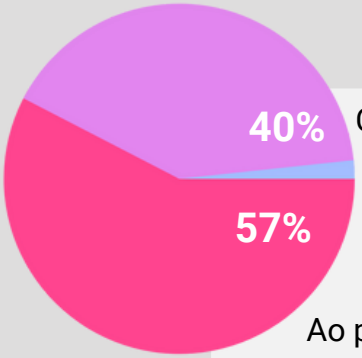
A equipe do **Grito dos Excluídos Continental e RBCE** estão planejando a entrega do referido documento de deliberações para os Conselhos de Saúde, Câmaras de Vereadores e Prefeituras dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, assim como ao Conselho Estadual de Saúde, Assembleia Legislativa e Governo do Rio Grande do Sul.

Ambas organizações demonstraram interesse em coordenar novas iniciativas utilizando da metodologia Minipúblico sobre o mesmo tema em diferentes regiões do Brasil.

O QUE OS PARTICIPANTES DOS MINIPÚBLICOS PENSAM SOBRE A EXPERIÊNCIA?

98%
Concordam ou concordam muito que o Minipúblico fará com que autoridades escutem mais as reivindicações feitas

96%
Concordam ou concordam muito que Minipúblico constrói uma sociedade mais igualitária



Concorda

Concorda muito

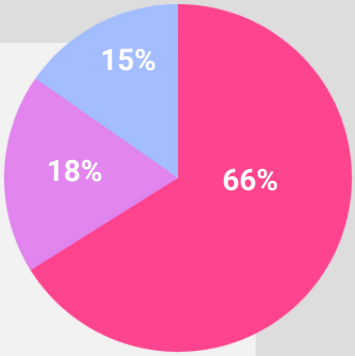
Ao participar do Minipúblico eu me torno mais cidadão

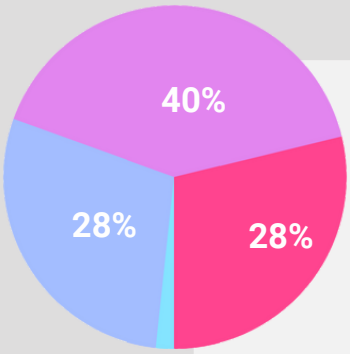
100%
Têm vontade de contar para outras pessoas sobre a experiência do MP

BREVE RAIO-X DO PERFIL DAS PESSOAS QUE PARTICIPARAM DOS MINIPÚBLICOS

Renda Familiar

- Até 2 salários mínimo (Até R$ 2.200)
- De 2 a 4 salários mínimo (R$ 2.200 aR$ 4.400)
- De 4 a 10 salários mínimo (R$ 2.200,01 a R$ 11.000)
- De 10 a 20 salários mínimo (R$11.000,01 a R$ 22.000)





Raça/Cor

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena

decidadania

Realização:

Apoio:

EXPEDIENTE:

Coordenação do Programa Decidadania/Delibera Brasil:
Ana Lúcia Lima / Fernanda Império / Patricia Lacerda / Silvia Cervellini
Projeto Gráfico/Diagramação: Mayara Evangelista
Redação: Adriane Assis / Mayara Evangelista
Conselho Editorial: Fernanda Império / Patricia Lacerda / Silvia Cervellini
Fotografia: Acervo dos registros do Programa Decidadania / Youtube
Revisão: Fernanda Império / Patricia Lacerda / Silvia Cervellini

Fale com a gente: coletivo@deliberabrasil.org / +55 11 94532 4019

Curta e siga nossos canais:

Permitida a reprodução total ou parcial dos materiais desta publicação
mediante a autorização da Coordenação do Programa Decidadania.